

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

---

52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC  
14 de julho de 2014

---

Ao décimo quarto dia do mês de julho de 2014, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas, realizou-se a Quinquagésima Segunda Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo e Presidente do Consórcio, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS; de Mauá, Senhor DONISETE BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES, de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani. Ausente o assessor regional de Diadema. INÍCIO – O Presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência passa a palavra ao Secretário Executivo, Sr. Luis Paulo Bresciani, que inicia agradecendo a presença de todos e informando que a pauta se inicia com a apresentação do GT Saúde, com a discussão das prioridades dos próximos 3 anos a partir das ações definidas no PPA 2014/17, declarando que o Dr. Homero Nepomuceno, coordenador do GT Saúde e Secretário Municipal de Saúde de Santo André fará a apresentação acompanhado de todos os secretários municipais da pasta correspondente. Informa também que estava prevista a presença do Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro, porém foi informado o cancelamento de sua vinda na última sexta-feira. Com a palavra, o Dr. Homero Nepomuceno cumprimenta a todos e esclarece que a apresentação é um desdobramento de uma série de reuniões do GT Saúde que analisou as 12 linhas prioritárias do PPA Regional, e a partir daí o GT elencou as prioridades para o triênio 2015/2017. Destaca que caso o Ministro Arthur Chioro tivesse comparecido à assembleia as propostas teriam itens específicos para discutir diretamente com o governo federal, tanto de âmbito regional como interno de cada município, como por exemplo, a construção de UBS por município. Sendo assim, a pauta junto ao Ministro Chioro incluiria também outras questões, e quando ocorrer esse encontro o Consórcio apresentará essas propostas para discussão através do GT Saúde. Continuando sua apresentação (documento anexo), informa que o Programa 8 compreende o fortalecimento do sistema regional de saúde, com o objetivo de ampliar e qualificar o atendimento à saúde, com base na cooperação e complementaridade de ações, através de redes integradas de atenção à saúde, que envolvam os serviços e recursos municipais, estaduais e federais. Lembra ainda que as 12 ações prioritárias são: 1. Implantar as Redes Regionais de Atenção à Saúde; 2. Implantar o Hospital Regional de Retaguarda; 3. Reestruturar a atenção hospitalar em âmbito regional; 4. Ampliar o acesso à Atenção Especializada nos hospitais e AMEs estaduais; 5. Qualificar a Atenção Básica, com renovação de equipamentos e expansão do PSF; 6. Implantar os Centros de Especialidades em Reabilitação; 7. Celebrar o Contrato Organizativo da Ação Pública (COAP) entre os entes

federativos; 8. Pactuar a rede de referências de alta complexidade junto ao governo estadual; 9. Promover a capacitação profissional dos trabalhadores da Saúde; 10. Qualificar e integrar os complexos reguladores municipais junto à Central de Regulação Estadual; 11. Promover políticas públicas de prevenção, proteção e vigilância; 12. Buscar a ampliação dos polos e farmácias de dispensação de medicamentos do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica.

As discussões junto aos municípios foram divididas por eixo e ações prioritárias:

Eixo 1. IMPLANTAR AS REDES REGIONAIS DE ATENÇÃO À SAÚDE: Construção do Centro de Referência do Idoso sob gestão do Estado ao lado do AME de Santo André. Valor estimado: R\$ 5 milhões. Responsabilidade Institucional: Estado e Municípios e Execução: 2015-2017. A única sinalização do governo do Estado é que será construído, mas não temos prazo estimado.

Eixo 2. IMPLANTAR HOSPITAL REGIONAL DE RETAGUARDA: Implantar Hospital Regional de Retaguarda para o Grande ABC (250 leitos de cuidados prolongados), sob gestão do governo estadual, destinado a pacientes crônicos e cuidados paliativos. Valor estimado: Obra: R\$ 20 milhões. Equipamento: R\$ 5 milhões. Custeio: R\$ 21 milhões. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017.

Eixo 3. REESTRUTURAR A ATENÇÃO HOSPITALAR EM ÂMBITO REGIONAL: Implantação de serviço de referência regional de politrauma e neurotrauma no Hospital Estadual Mário Covas, com a construção de área administrativa para otimização do espaço para assistência. Ação já foi pactuada, aceita pelo governo do estado para ampliação, os recursos foram liberados, mas o projeto não andou. Valor estimado: Obras: R\$ 5 milhões para readequação dos espaços administrativos. Responsabilidade Institucional: Estado /Municípios/União. Execução: 2015-2017.

Conclusão das obras e implantação do Hospital de Ribeirão Pires. Existe recurso do Estado liberado e uma pactuação com o Ministério da Saúde. Valor estimado: R\$ 7.355.649,55. Responsabilidade Institucional: Estado e Municípios. Execução: 2015-2017.

Reforma e ampliação do Pronto Socorro do Centro Hospitalar de Santo André. Parte dessa reforma já foi pactuada com o estado e outra parte precisa ser ampliada e melhorada. Valor estimado: Obras: R\$ 6 milhões. Equipamento: \$ 3 milhões. Responsabilidade Institucional: Estado /Municípios/União. Execução: 2015-2017.

Reforma da Enfermaria de pediatria e ampliação dos leitos da UTI Pediátrica do Centro Hospitalar. Valor estimado: Obras: R\$ 4 milhões. Equipamento: R\$ 2 milhões. Responsabilidade Institucional: Estado /Municípios/União. Execução: 2015-2017.

Co-financiamento no custeio do Hospital Radamés Nardini. Valor estimado: R\$ 18 milhões/ano. Responsabilidade Institucional: Estado e Municípios. Execução: 2015-2017.

Reforma do Hospital Municipal de Diadema. Valor estimado: R\$ 45 milhões. Responsabilidade Institucional: Estado /Municípios/União. Execução: 2015-2017.

Construção do Hospital materno-Infantil em Rio Grande da Serra. Proposta demanda um estudo de viabilidade e impacto a médio e longo prazo. Valor a definir. Condicionado à captação de recursos externos e análise do Grupo condutor da Rede Cegonha. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017.

Recursos para complementação da construção do Hospital da Mulher em São Bernardo do Campo, garantindo a autonomia na realização de 100% dos partos do município, e otimizando a oferta do Hospital Serraria para média e alta complexidade. Valor estimado: R\$ 92 milhões. Condicionado à captação de recursos externos. Responsabilidade Institucional: Estado e Municípios.

Execução: 2015-2017. Equipamentos para o Hospital de Urgências em São Bernardo para potencializar e melhorar a resolutividade da RUE - Rede de Urgência e Emergência. Valor estimado: R\$ 16 milhões. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017. Fortalecer a RUE - Rede de Urgência e Emergência com a ampliação dos leitos de UTI Adulto no Hospital Serraria de 18 para 40 leitos e da UTI Pediátrica de 5 para 20 leitos. Valor a definir. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017. Eixo 4. AMPLIAR O ACESSO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA E AMES ESTADUAIS. Ampliar a oferta de serviços de referência especializada sob gestão do Estado, para a realização de consultas médicas especializadas e exames no Hospital Estadual Mário Covas, Hospital Estadual de Diadema (Serraria), no AME-Santo André e AME-Mauá, aumentando em 50% a oferta para a região. Valor estimado: acréscimo de 20 milhões/ano para o custeio do AME de Mauá e AME Santo André. Responsabilidade Institucional: Estado e Municípios. Execução: 2015-2017. Rever o teto financeiro do Ambulatório da FUABC, com objetivo de aumentar em 50% consultas e exames. Valor estimado: de R\$ 3,6 milhões/ano para 9,6 milhões/ano. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017. Eixo 5. QUALIFICAR A ATENÇÃO BÁSICA, COM RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EXPANSÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA: fortalecer e estruturar a Atenção Básica para ser a ordenadora do cuidado com a construção e reforma de UBS da região. Aquisição compartilhada de medicamentos e insumos com apoio do Consórcio. Valor a definir. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017. Aumento do PAB - Piso de Atenção Básica de R\$ 3,00 para R\$ 5,00/habitante/ano. Responsabilidade Institucional: Estado. Execução: 2015-2017. Eixo 6. IMPLANTAR OS CENTROS ESPECIALIZADOS EM REABILITAÇÃO: implantação de duas unidades de reabilitação da Rede Lucy Montoro no Grande ABC em Santo André ao lado do Hospital Mario Covas e em Diadema no Quarteirão da saúde. O Estado informou que serão construídas, mas não temos prazo informado. Responsabilidade Institucional: Estado. Execução: 2015-2017. Eixo 7. CELEBRAR O CONTRATO ORGANIZATIVO DE AÇÃO PÚBLICA (COAP) ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS: RETOMAR A PACTUAÇÃO DO COAP, COM A REVISÃO DO MAPA DA SAÚDE REGIONAL. RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017. Eixo 8. PACTUAR A REDE DE REFERÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL: Ampliar a oferta da alta complexidade nos serviços estaduais. Rediscutir o número de vagas cedidas a partir da capacidade física instalada e necessidade dos municípios. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios. Execução: 2015-2017. Garantir por parte do Estado, referências para áreas de maior estrangulamento na alta complexidade: cirurgia cardíaca adulta e pediátrica, neonatal, ortopedia de alta complexidade, rede oncológica e hematologia. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios. Execução: 2015-2017. Eixo 9. PROMOVER A CAPACIDADE PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA SAÚDE: PROMOVER EDUCAÇÃO PERMANENTE E FORMAÇÃO NAS DIVERSAS ÁREAS DA SAÚDE. Possibilidade de apoio financeiro do Consórcio. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017. Eixo 10. QUALIFICAR E INTEGRAR OS COMPLEXOS REGULADORES MUNICIPAIS JUNTO À CENTRAL DE REGULAÇÃO ESTADUAL: realizar discussão microrregional para implantação da Central de

Vagas da Região (Complexo Regulador Regional). Possível apoio financeiro do Consórcio. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios. Execução: 2015-2017. Criação do Complexo Regulador Regional, em articulação com o CROSS-Central de Regulação de Ofertas de Serviço de Saúde (Estado) para facilitar e agilizar o acesso ao cuidado na região. Possível apoio financeiro do Consórcio. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios. Execução: 2015-2017. Eixo 11. PROMOVER POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA: manter a integração e articulação da vigilância em saúde. Possibilidade de apoio do Consórcio em campanhas educativas nas diversas mídias. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios/União. Execução: 2015-2017. Eixo 12. BUSCAR AMPLIAÇÃO DOS POLOS E FARMÁCIAS DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: ampliar sob a Gestão do Estado, os polos de dispensação para a AME MAUÁ (visando atender a população de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), AME SANTO ANDRÉ (visando atender a população de Santo André e São Caetano do Sul), e HOSPITAL MARIO COVAS (visando atender a população de São Bernardo do Campo e Diadema). Apoio do Consórcio para estudo de viabilidade de compra compartilhada de medicamento e insumos. Responsabilidade Institucional: Estado/Municípios. Execução: 2015-2017. Encerrada a apresentação, Dr. Homero informa os próximos passos: após os desdobramentos dos 12 itens precisamos colocar essa serie de elementos de uma maneira cronológica com a perspectiva técnica e financeiras entre as 3 esferas e fazer a priorização de cada elemento. Informa que a versão completa do documento será entregue posteriormente aos prefeitos. Encerrando sua apresentação, passa a palavra aos demais secretários para ponderações e considerações. O Presidente pergunta quando foi a ultima agenda com o Secretário Estadual de Saúde, Dr. David Uip. O Dr. Homero responde que foi na época em que o Dr. Chioro ainda era coordenador do GT Saúde e que as conversas posteriores tem sido bilaterais. O Secretário Executivo informa que cobramos a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano em relação ao andamento dos anúncios do CRI e da Rede Lucy Montoro e que não temos resposta. O Presidente lembra que naquela fase restava apenas a visita do Governador Alckmin para dar inicio às obras da rede Lucy Montoro. O Prefeito Donisete Braga fala que na época o Hospital Regional de retaguarda não tinha nenhuma avaliação para construção. O Presidente Luiz Marinho diz que foi anunciado na visita do então secretario estadual de Saúde, Giovanni Guido Cerri ao Consórcio, que o Estado compraria o Hospital de Cotia, mas a região colocou a alternativa de reforma do Hospital em São Caetano, para assumir um perfil de hospital de retaguarda a fim de completar a rede hospitalar da região. O Prefeito Paulo Pinheiro afirma que São Caetano está pleiteando uma redução no valor de desapropriação do hospital visado, para que alcance o valor de R\$ 17 milhoes, caso contrário o municipio não tem condição de desapropriar o equipamento e oferece-lo ao Estado, condição colocada pelo governo estadual. O Prefeito Luiz Marinho afirma que se isso não ocorrer pode ser estudada uma alternativa financeira envolvendo o Consórcio. A Secretária Municipal de São Bernardo do Campo, Dra. Odete Gialdi, diz que existem inúmeras possibilidades, mas podemos viabilizar um estudo para todos os municípios terem conhecimento da capacidade de oferta de leitos disponíveis na região, tanto municipal como estadual e tentar traçar essa análise com os parâmetros que uma boa gestão indica,

de 2,5 leitos por mil habitantes. Acha também que o estudo pode indicar se existe a possibilidade de construir um hospital regional de cuidados prolongados e se esse projeto não for possível, podemos buscar alternativas de lugares menores, localizados pontualmente, mas sempre buscar o financiamento pelo Estado e União. O Prefeito Lauro Michels afirma que o maior custeio tem que ser da União e do Estado. O Dr. Homero Nepomuceno informa que já temos esse estudo para cuidados prolongados, no total de 250 leitos, agora é preciso sistematizar as outras áreas e compilar os dados e repassar aos municípios, trabalhando com a base de 3 leitos para cada mil habitantes o que totaliza cerca de 300 leitos. O Prefeito Donisete Braga fala da importância dos secretários municipais fazerem um estudo internamente do que se pode agregar regionalmente nas suas propostas para os demais municípios. O Secretário Executivo informa que houve uma discussão preliminar sobre a alocação de recursos do Consórcio ao longo dos próximos anos, destacando inicialmente a possibilidade de se contratar um estudo para a implantação de uma central de vagas em âmbito regional. O Presidente Luiz Marinho considera a ideia prematura, uma vez que temos insegurança junto ao Estado, por isso não acha ideal anunciar uma central regional e depois não ter efetividade em curto prazo. O Dr. Homero diz que esse possível estudo entraria na perspectiva do triênio 2015/17, considerando que isso não é projeto em curto prazo e sim em longo prazo. O Presidente Luiz Marinho declara que pode ser feito o estudo, com o devido rigor para que a eventual implantação da central de vagas regional seja bem sucedida. Encaminhamentos: o Presidente Luiz Marinho determina que sejam solicitadas novas agendas com o Secretário Estadual de Saúde, Dr. David Uip e com o Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro, para tratar do andamento das demandas regionais já pactuadas e/ou prioritárias. Nesse momento, o Presidente anuncia a presença e recepciona o Deputado Federal Vicentinho (Vicente Paulo da Silva), e anuncia também a assessoria do Deputado Federal Hélcio Silva. O Deputado Vicentinho cumprimenta a todos, ressaltando que está na condição de líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados e especialmente como um deputado da região. Como todos sabem em 2014 durante a votação das emendas parlamentares ocorreu uma obrigação para que uma cota dessa verba fosse destinada para a área da Saúde. As votações ocorrerão essa semana e nas primeiras semanas de agosto e setembro. O motivo da sua presença é a intenção de apresentar uma emenda parlamentar da bancada regional do Grande ABC ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). O Presidente Luiz Marinho retoma a questão do hospital regional de retaguarda, e a partir dos debates se consolida o valor de aproximadamente R\$ 40 milhões para a referida emenda, sendo que cerca de R\$ 20 milhões iriam para a construção e desapropriações necessárias (no caso do atual Hospital de São Caetano) e valor igual para equipar a futura unidade. O deputado Vicentinho encerra sua participação declarando que levará o pleito para os encaminhamentos devidos pela bancada regional.

PAC MOBILIDADE – encaminhamentos para licitações. Dando sequência, a Sra. Andrea Brisida, coordenadora do GT Mobilidade, informa que na última quinta-feira ocorreu uma reunião entre os municípios e a Caixa para a entrega dos projetos que já estão prontos. Os municípios de Mauá e Diadema entregaram uma parte dos projetos, e Rio Grande da Serra segue mais adiantado no processo com todos os projetos entregues, e dentro de uma semana a Caixa deve liberar o processo

licitatório. Os demais municípios já assinaram o contrato com a Caixa, exceto Ribeirão Pires, que não teve a publicação do decreto ainda, do mesmo modo que a última obra aprovada para Mauá. Deverá ocorrer uma última reunião para entrega definitiva dos projetos, provavelmente no dia 29/07, e após essa reunião dentro de duas ou três semanas a Caixa deve liberar o processo licitatório para os demais. O projeto mais atrasado é o de Santo André, que está em fase de conclusão pela Vetec, por ser mais complexo e se tratar também da inclusão do trecho da Lauro Gomes, mas deve encerrar no final de agosto ou início de setembro e num segundo momento será entregue para a Caixa. O restante segue em andamento, mas os municípios já podem trabalhar em paralelo com a minuta do edital e adiantando internamente os procedimentos para facilitar o andamento no processo. Sobre as cartas consulta pendentes, Andrea Brisida diz que estamos ligando constantemente para o Ministério das Cidades. O Secretário Executivo informa também que responderam na última sexta-feira que as derradeiras cartas de Mauá e Ribeirão Pires estão em análise interna. Andrea Brisida fala que enquanto não temos uma resposta, os municípios podem adiantar a análise enviando as planilhas e os planos de trabalho para adiantar o processo.

GT ASSISTÊNCIA SOCIAL - Proposta de implantação do programa VIRAVIDA-SESI NACIONAL, no Grande ABC. A coordenadora do GT Assistência Social, Sra. Marcia Barral, apresenta a proposta do SESI para implantação do programa VIRAVIDA-SESI NACIONAL, no Grande ABC. Diz que o presidente do SESI esteve em junho na unidade de Santo André e apresentou esse projeto de combate a exploração de abuso sexual de jovens e adolescentes, projeto que vem sendo desenvolvido em diversos lugares. Pelo projeto, jovens de 14 a 24 anos em situação de exploração e abuso sexual participarão de atividades socioeducativas, com ações de inserção familiar e formação profissional, recebendo bolsa remunerada mensal. O projeto foi levado inicialmente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mas considera-se interessante discutir e envolver com todas as cidades num visão regional. Encaminhamentos: a proposta passará pela análise dos GTs Assistência Social, Criança Prioridade I, Saúde e Educação, para formatação regional.

RATIFICAÇÃO DO RATEIO ORÇAMENTÁRIO PARA 2015. O Secretário Executivo relata que no ano passado durante a discussão nas assembleias para aprovação do orçamento, foi aprovado o parâmetro de 0,30% das receitas correntes líquidas em 2014 e de 0,50% para 2015/2016. A Secretaria Executiva já apurou com as respectivas áreas de finanças dos municípios quais os valores das receitas correntes líquidas de 2013, que totalizaram R\$ 7.033.559.275,87 já com a atualização do IGP-M entre julho/13 a junho/14. Com o novo parâmetro de 0,50% o orçamento global para 2015 corresponde a R\$ 35.167.796,38, com a seguinte distribuição por município: R\$ 7.167.196,90 - Santo André; R\$ 13.866.662,11 – São Bernardo do Campo, R\$ 4.526.095,39 – São Caetano do Sul, R\$ 4.575.330,31 – Diadema, R\$ 3.657.450,82 – Mauá, R\$ 1.097.235,25 – Ribeirão Pires e R\$ 277.825,60 – Rio Grande da Serra. Informa também que na pasta dos Senhores Prefeitos existe cópia da apresentação, que contém o rateio detalhado.

INFORMES - Programa de Comunicação Visual em APRM Billings Grande ABC – Projeto apresentado ao FEHIDRO 2014 – o Diretor de Programas e Projetos, Sr. Hamilton Lacerda, informa que na semana retrasada o Consórcio deu entrada no projeto. O Programa visa consolidar o conhecimento e conscientização sobre as

especificidades das áreas de proteção e recuperação de Mananciais; delimitar, restringir a ocupação irregular e descontrolada por meio de equipamentos visuais permanentes, destacando sua importância para proteção e conservação da quantidade e qualidade dos recursos hídricos que abastecem a região metropolitana. O projeto prevê a instalação de 180 painéis, 25 outdoors na APRM – Billings na região do ABC considerando para a instalação os pontos viciados de descarte de resíduos, tráfego de pessoas, áreas sujeitas à ocupação. Os folders orientativos serão incorporados nas ações de educação ambiental e fiscalização dos municípios. O valor global do projeto está orçado em R\$ 732.576,87, sendo o valor pleiteado ao Fehidro de R\$ 659.319,20, e o valor da contrapartida está orçado em R\$ 73.257,67, sendo uma Contrapartida Financeira de R\$ 29.336,81 do Consórcio; Contrapartida de Arte Gráfica e impressão dos folders: R\$ 16.550,99 pelo Consórcio; contrapartida não financeira (equipes técnicas dos municípios): R\$27.369,86. O projeto foi discutido e aprovado previamente no GT Meio Ambiente.

2. Convênios municipais com o Banco do Povo Paulista – orientação sobre termo aditivo. O Secretário Executivo informa que consta na pasta dos Senhores Prefeitos uma correspondência do coordenador do GT Desenvolvimento Econômico, Sr. Jefferson José da Conceição, direcionada aos Srs. Andrea Sandro Calabi, Secretário Estadual de Fazenda e Presidente do Conselho de Orientação do Fundo (COF), ao Sr. Tadeu Moraes de Sousa, Secretário de Emprego e Relações de Trabalho e Vice-Presidente do Conselho de Orientação do Fundo (COF), e ao Sr. Antonio Sebastião Teixeira Mendonça, Diretor Executivo do Banco do Povo Paulista, referente à Contestação quanto ao Termo Aditivo ao Convênio com o Banco do Povo Paulista. O Consórcio solicitou a supressão dos itens 2.2.13, 2.2.14, 2.2.15 e 2.2.16 da cláusula 1ª do primeiro aditamento ao convênio; a inclusão de item 2.3, que deverá estabelecer proporcional responsabilidade sobre a ocorrência de fraudes (2.2.13) e das operações inadimplentes (2.2.14), de acordo com a constituição do fundo; a participação de um representante dos municípios nas reuniões e determinações do Conselho de Orientação do Fundo, indicado de forma consensual a partir de cada uma das regiões administrativas do Banco do Povo Paulista, com critérios a serem definidos. O Secretário Executivo enfatizou que a orientação para que os municípios não assinem os termos aditivos sem que essa pendência seja resolvida, já que o termo proposto pelo Estado transfere aos municípios parte das inadimplências de modo desproporcional à responsabilidade de cada ente.

3. Remoção de moradias em áreas de risco – o diretor de programas e projetos, Sr. Hamilton fala sobre andamento do processo da remoção de moradias, que nessa fase dependia da liberação dos recursos para pagamento do aluguel social e que deveria acontecer até 4 de julho por causa da lei eleitoral. Informa que tivemos dificuldade pra obter informações, mas no dia 08 passado os recursos foram empenhados e a DRADS assinou a publicação para liberação dos recursos. Todas as secretarias municipais foram informadas da liberação e dos tramites burocráticos para recebimento dos recursos pactuados.

4. Tramitação do Projeto de Lei para ampliação do quadro de funcionários – o Secretário Executivo informa que projeto foi aprovado pelas Câmaras de Diadema e São Bernardo do Campo. Em São Caetano do Sul foi discutido na semana passada e existe uma agenda pactuada com Ribeirão Pires nos próximos dias. Temos a informação que Mauá e Santo André serão encaminhados na primeira semana depois do recesso. O Prefeito Gabriel Maranhão responde que

em Rio Grande da Serra será discutido na sessão dessa tarde (14 de julho). 5. Contratações e execução do PPA REGIONAL – o secretário informa que em relação ao PPA, estamos com a licitação de contratação da agência de publicidade em andamento e que esse processo deverá se encerrar nas próximas semanas. Existe também a proposta de um termo de cooperação técnico científico com UFABC que pode ser apresentado na próxima assembleia e tem objetivo de viabilizar uma série de estudos relacionados às prioridades do PPA REGIONAL. 6. Proposta de encontro entre Institutos Municipais de Previdência – o Secretário Executivo informa que essa proposta partiu da assessoria regional de Ribeirão Pires durante a última reunião dos assessores. Com a palavra, o Sr. Carlos Lima informa que a ideia é fazer uma reunião prévia com os 7 representantes, gestores do sistema previdenciário municipal, para discutir a eventual formação de um grupo temático regional para análise e diagnóstico de cada município e a eventual realização de um seminário regional com a participação de representantes do governo federal, para debater questões pertinentes e ação conjunta no âmbito regional. Deliberação: cada município deverá indicar um contato para a organização da referida atividade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. -. Região do Grande ABC, em 14 de julho de 2014. Prefeitos signatários, presentes na 52ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO  
PRESIDENTE  
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS  
VICE-PRESIDENTE  
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA  
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO  
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA  
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES  
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA  
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI  
Secretário Executivo da Presidência

---

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 52ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.